

**HABEAS CORPUS Nº 548.642 - CE (2019/0357081-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **ROGERIO FEITOSA CARVALHO MOTA E OUTROS**  
**ADVOGADOS** : **GUSTAVO COSTA LEITE MENESES - CE013798**  
 : **ROGÉRIO FEITOSA CARVALHO MOTA - CE016686**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**  
**PACIENTE** : **MARCELLO ALBANO RIZZATO (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCELLO ALBANO RIZZATO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (HC n.0632570-84.2019.8.06.0000).

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi denunciado como incurso, por cinco vezes, no crime previsto no art. 171, c/c o art. 71, ambos do Código Penal (e-STJ fls. 21/31).

Em 25/1/2019, a denúncia foi recebida e também foi decretada pelo Juízo da 13ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza/CE a prisão preventiva do ora paciente (e-STJ fls. 32/34).

Buscando a liberação do paciente, impetrou a defesa *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, entretanto, o Desembargador relator indeferiu o pedido liminar.

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa sustenta a ilegalidade da decretação da prisão do ora paciente, ante a insubsistência dos fundamentos declinados pelo Juízo de primeiro grau quando da concessão da cautela máxima.

Aduz, ademais, desrespeito ao princípio da homogeneidade, porquanto o possível regime inicial de cumprimento de pena, caso venha a ser condenado, possibilitaria a ele tratamento mais benéfico do que lhe é atualmente dispensado.

Postula, assim, (e-STJ fl. 10):

*(i) Excepcionalmente, afastar o óbice da Súmula 691/STF, para fins de liminarmente relaxar a prisão do Paciente, determinando a expedição de alvará de soltura; e,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(ii) *No mérito, conhecer e conceder em definitivo o presente Habeas Corpus, conseqüente confirmação da medida liminar.*

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie, mormente diante da constatação que não se confundem os pressupostos para prisão preventiva garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.*

[...]

*3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)*

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram*

# Superior Tribunal de Justiça

*cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.*

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator